RESUMO EXPANDIDO - V. PESQUISA CIENTÍFICA RELACIONADA À FORÇA DE TRABALHO EM ENFERMAGEM E OS SISTEMAS DE SAÚDE

EMPREENDEDORISMO POLÍTICO NA ENFERMAGEM: REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE COMPETÊNCIAS PARA A GOVERNANÇA PROFISSIONAL

Ludimila Magalhaes Rodrigues Da Cunha (ludimilarcunha@gmail.com)

Ellen Marcia Peres (ellenperesuerj@gmail.com)

Queuam Ferreira Silva De Oliveira (queuamoliveira@uneb.br)

Marta Cristiane Alves Pereira (martacris@eerp.usp.br)

Antonio Marcos Freire Gomes (amfreire32@gmail.com)

Introdução

As transformações contemporâneas dos sistemas de saúde impõem desafios crescentes relacionados à sustentabilidade, inovação, equidade e fortalecimento das instituições responsáveis pela garantia da qualidade da assistência. Nesse cenário, lideranças profissionais são chamadas a atuar para além das competências técnicas e assistenciais, assumindo papel estratégico na formulação de políticas, defesa de interesses coletivos, regulação profissional e desenvolvimento institucional. A enfermagem, por representar a maior força de trabalho em saúde no mundo, possui potencial significativo para influenciar processos decisórios e contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde.

Apesar desse protagonismo potencial, estudos apontam que a participação dos enfermeiros em espaços de governança e formulação de políticas ainda é limitada por fatores relacionados à formação profissional, desenvolvimento de lideranças e domínio de competências políticas necessárias para atuação em ambientes complexos e multiprofissionais. Nesse contexto, a competência política tem sido reconhecida como elemento fundamental para ampliar a capacidade de influência da enfermagem em processos decisórios, envolvendo habilidades relacionadas à negociação, articulação, advocacy, construção de alianças e liderança estratégica (1,2). Paralelamente, o empreendedorismo tem sido compreendido como uma competência transversal voltada à identificação de oportunidades, inovação, mobilização de recursos e criação de valor para pessoas, organizações e comunidades. O Entrepreneurship Competence Framework (EntreComp) ampliou a compreensão do

empreendedorismo ao associá-lo não apenas à criação de negócios, mas à capacidade de transformar ideias em ações capazes de identificar oportunidades, mobilizar rescursos e gerar valor social, econômico, cultural ou institucional (3). No campo das políticas públicas, Mintrom (4) descreve os empreendedores políticos como atores capazes de identificar oportunidades de mudança, influenciar agendas, construir coalizões e promover transformações institucionais. Embora amplamente explorado na administração pública e na ciência política, esse referencial

ainda é pouco discutido na enfermagem, especialmente no contexto da governança profissional. A governança profissional em enfermagem constitui um sistema de estruturas, processos e responsabilidades que confere à profissão autonomia, autoridade e legitimidade para regular sua prática, participar da tomada de decisão e influenciar políticas e padrões de cuidado. Diferente da governança compartilhada, centrada em

modelos participativos de gestão organizacional, a governança profissional refere-se ao nível macro da profissão, envolvendo seu papel regulador, seu compromisso ético com a sociedade e sua capacidade de garantir qualidade, segurança e responsabilidade pública no exercício profissional. Assim, governança profissional implica além da normatização, destaca-se a liderança, capacidade de articulação política e competência para participar da formulação e implementação de políticas de saúde (5). Diante desse contexto, parte-se da hipótese teórica de que a integração entre competências políticas e empreendedoras pode qualificar a atuação de lideranças da enfermagem em

espaços de governança profissional, ampliando sua capacidade de influência, inovação e produção de valor público.

Objetivo

Refletir sobre as interfaces entre competência política, empreendedorismo e governança profissional na enfermagem, a partir de reflexão teórica em uma tese de doutorado sobre competências político-empreendedoras de conselheiros do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Enfermagem.

Método

Trata-se de um estudo teórico-reflexivo, fundamentada na análise crítica de referenciais teóricos nacionais e internacionais sobre competência política na enfermagem, empreendedorismo, empreendedorismo político, liderança e governança profissional, a partir de tese de doutorado vinculada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Dispensa-se submissão ao comitê de ética, uma vez

que não envolve pesquisa com seres humanos. A discussão foi construída a partir da aproximação entre os referenciais de competência política para enfermeiros (1,2), empreendedorismo e criação de valor (3), empreendedorismo político (4), governança profissional em enfermagem (5) e regulação dos profissionais de saúde. Adicionalmente, a reflexão foi enriquecida pelas experiência enquanto conselheira

federal de enfermagem de uma das pesquisadoras, possibilitando aproximação com o fenômeno investigado e identificação de questões emergentes da prática institucional. Tal inserção exigiu exercício contínuo de reflexividade crítica acerca das potencialidades e limites da posição ocupada no campo, reconhecendo a influência das experiências vividas na construção do objeto de pesquisa e na interpretação da literatura.

Resultados e Discussão

Competências políticas e empreendedoras compartilham atributos convergentes, como capacidade de influência, articulação estratégica, mobilização de recursos, liderança e identificação de oportunidades. No campo da governança profissional, essas competências assumem papel central ao sustentar processos de negociação, construção de consensos e indução de

mudanças institucionais (1,2), consideradas essenciais para ampliar a participação da enfermagem em espaços tradicionalmente ocupados por outros grupos profissionais e fortalecer sua contribuição para a construção de políticas públicas e institucionais mais alinhadas às necessidades da população e dos trabalhadores da

saúde. Por outro lado, o referencial EntreComp descreve o empreendedorismo como uma competência orientada à criação de valor, envolvendo a capacidade de identificar oportunidades, mobilizar recursos, desenvolver soluções inovadoras, liderar iniciativas e promover transformações em diferentes contextos sociais e organizacionais (3). Essa perspectiva amplia a compreensão tradicional do empreendedorismo e aproxima o conceito de processos de mudança social e institucional. A análise dos referenciais permitiu identificar importantes convergências entre os atributos da competência política e da competência empreendedora. Ambas enfatizam a capacidade de reconhecer oportunidades, construir redes de colaboração, influenciar pessoas, liderar mudanças e mobilizar recursos para alcançar objetivos coletivos. Essas características mostram-se particularmente relevantes para lideranças que atuam em contextos de governança profissional, nos quais a negociação de interesses e a construção de consensos são elementos permanentes. Outro aspecto identificado refere-se à criação de valor público. Enquanto abordagens tradicionais do empreendedorismo frequentemente enfatizam resultados econômicos, referenciais contemporâneos destacam a produção de valor social, institucional e coletivo como finalidade central da ação empreendedora (3). Essa

perspectiva apresenta forte convergência com a missão dos Conselhos de Enfermagem, cuja finalidade está relacionada à proteção da sociedade, à qualificação do exercício profissional e ao fortalecimento da profissão. A literatura sobre empreendedorismo político reforça essa aproximação ao descrever pessoas capazes de identificar oportunidade, articular atores estratégicos, influenciar agendas e promover mudanças institucionais em contextos complexos (4). Tais características apresentam notável proximidade com atribuições exercidas por lideranças da enfermagem em espaços de representação e governança profissional. No âmbito dos Conselhos de Enfermagem, a atuação dos conselheiros envolve processos de regulação profissional, elaboração normativa, fiscalização, deliberação ética, articulação institucional e representação política. Essas atividades demandam

competências que extrapolam conhecimentos técnicos e administrativos, exigindo

capacidades relacionadas à influência, liderança, inovação e mobilização coletiva. Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo reside na proposição teórica de que a integração entre competências políticas e competência empreendedora configura um constructo analítico relevante, aqui denominado competências político-empreendedoras, capaz de ampliar a compreensão sobre a atuação de lideranças da

enfermagem em espaços de governança profissional. Tal aproximação teórica evidencia uma lacuna ainda pouco explorada pela produção científica da área e reforça a relevância de investigações que busquem compreender como essas competências são desenvolvidas, mobilizadas e expressas no contexto da regulação profissional.

Considerações Finais

Os achados sustentam a hipótese teórica de que competências político-empreendedoras constituem elemento estratégico para qualificar a atuação de lideranças da enfermagem em espaços de governança profissional, ao ampliar sua capacidade de influenciar decisões, promover inovação e gerar valor público. Embora essa hipótese demande aprofundamento, sua exploração contribui para ampliar o debate sobre

liderança e participação política, bem como nortear os gestores sobre as competências necessárias para a atuação em órgãos de classe da enfermagem, visando o fortalecimento institucional da profissão. Por fim, o estudo reforça a necessidade de ampliar investigações sobre

empreendedorismo político na enfermagem e de incorporar o desenvolvimento dessas competências em processos formativos e estratégias de qualificação de lideranças profissionais, fortalecendo a capacidade da profissão de influenciar políticas, promover inovação e gerar valor para a sociedade.

Apoio institucional: Conselho Federal de Enfermagem - Cofen.

Referências

1. HAN, N.K.; KIM, G.S.; KIM, S.; LEE, T.W; CHUNG, W. The Political Competence Scale for Nurses (PCS-N): Instrument Development and Psychometric Evaluation. J Nurs Manag. 2025 May 19;2025:4683994. doi: 10.1155/jonm/4683994. PMID: 40421171; PMCID: PMC12105907. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40421171/ Acesso em 01 jun 2026.

2. MELO, W. S.; et al. Guide of attributes of the nurse's political competence: a methodological study. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, n. 3, p. 526-534, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0483 . Acesso em 01 jun 2026. 3. Bacigalupo M, Kampylis P, Punie Y, Van den Brande G. EntreComp: The Entrepreneurship Competence Framework. Luxembourg: Publications Office of the European Union; 2016. DOI: 10.2791/593884.

4. Mintrom M. Policy Entrepreneurs and Dynamic Change. Cambridge: Cambridge University Press; 2020. DOI: 10.1017/9781108605946.

5. SASSEN, Beatrice. (2023). Enfermagem, Governança Compartilhada e Governança Profissional. In: Aprimorando a Inovação Centrada na Pessoa no Cuidado de Enfermagem. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-35048-1_23 . Acesso em 01 jun 2026.

Political Entrepreneurship in Nursing: Theoretical and Conceptual Reflections on Competencies for Professional Governance

Introduction

Contemporary transformations in health systems impose increasing challenges related to sustainability, innovation, equity, and the strengthening of institutions responsible for ensuring the quality of care. In this scenario, professional leaders are called upon to act beyond technical and care competencies, assuming a strategic role in policy formulation, defense of collective interests, professional regulation, and institutional development. Nursing, representing the largest health workforce in the world, has significant potential to

influence decision-making processes and contribute to the strengthening of health systems.

Despite this potential protagonism, studies indicate that the participation of nurses in governance and policy-making spaces is still limited by factors related to professional training, leadership development, and mastery of the political competencies necessary for working in complex and multi-professional environments. In this context, political competence has been recognized as a fundamental element to expand the capacity for

influence of nursing in decision-making processes, involving skills related to negotiation, articulation, advocacy, alliance building, and strategic leadership (1,2). In parallel, entrepreneurship has been understood as a cross-cutting competence aimed at identifying opportunities, innovation, resource mobilization and value creation for

people, organizations and communities. The Entrepreneurship Competence Framework (EntreComp) broadened the understanding of entrepreneurship by associating it not only with the creation of businesses, but with the ability to transform ideas into actions capable of identifying opportunities, mobilizing resources and generating social, economic, cultural or institutional value (3). In the field of public policy, Mintrom (4) describes political entrepreneurs as actors capable of identifying opportunities for change, influencing agendas, building coalitions

and promoting institutional transformations. Although widely explored in public administration and political science, this framework is still little discussed in nursing, especially in the context of professional governance.

Professional governance in nursing constitutes a system of structures, processes and responsibilities that gives the profession autonomy, authority and legitimacy to regulate its practice, participate in decision-making and influence policies and standards of care. Unlike shared governance, which is centered on participatory models of

organizational management, professional governance refers to the macro level of the profession, involving its regulatory role, its ethical commitment to society, and its ability to ensure quality, safety, and public accountability in professional practice. Thus, professional governance implies, in addition to standardization, leadership, capacity for political articulation, and competence to participate in the formulation and implementation of health policies (5). In this context, the theoretical hypothesis is that the integration between political and entrepreneurial competencies can qualify the performance of nursing leaders in

professional governance spaces, expanding their capacity for influence, innovation, and production of public value.

Objective

To reflect on the interfaces between political competence, entrepreneurship, and professional governance in nursing, based on theoretical reflection in a doctoral thesis on the political-entrepreneurial competencies of councilors of the Federal Council and Regional Councils of Nursing System.

Method

This is a theoretical-reflective study, based on the critical analysis of national and international theoretical frameworks on political competence in nursing, entrepreneurship, political entrepreneurship, leadership, and professional governance, derived from a doctoral thesis linked to the Ribeirão Preto School of Nursing at the University of São Paulo. Submission to an ethics committee is not required, as it does not involve research

with human subjects. The discussion was constructed from the approximation between the frameworks of

political competence for nurses (1,2), entrepreneurship and value creation (3), political entrepreneurship (4), professional governance in nursing (5), and regulation of health professionals. Additionally, the reflection was enriched by the experience of one of the researchers as a federal nursing councilor, allowing for closer contact with the investigated phenomenon and identification of emerging issues from institutional practice. This insertion required a continuous exercise of critical reflexivity regarding the potentialities and limitations of the position occupied in the field, recognizing the influence of lived experiences in the construction of the research object and in the interpretation of the literature.

Results and Discussion

Political and entrepreneurial competencies share convergent attributes, such as the capacity for influence, strategic articulation, resource mobilization, leadership, and opportunity identification. In the field of professional governance, these competencies play a central role in supporting negotiation processes, consensus building, and inducing institutional changes (1,2), considered essential to expand the participation of nursing in

spaces traditionally occupied by other professional groups and strengthen its contribution to the construction of public and institutional policies more aligned with the needs of the population and health workers. On the other hand, the EntreComp framework describes entrepreneurship as a competency oriented towards value creation, involving the ability to identify opportunities, mobilize resources, develop innovative solutions, lead initiatives, and promote transformations in different social and organizational contexts (3). This perspective broadens the traditional understanding of entrepreneurship and brings the concept closer to processes of social and institutional change. The analysis of the frameworks allowed us to identify important convergences between the attributes of political competence and entrepreneurial competence. Both emphasize the ability to recognize opportunities, build collaborative networks, influence people, lead change, and mobilize resources to achieve collective goals. These characteristics are particularly relevant for leaders who operate in professional governance contexts, where the negotiation of interests and the building of consensus are permanent

elements. Another aspect identified refers to the creation of public value. While traditional approaches to entrepreneurship often emphasize economic results, contemporary frameworks highlight the production of social, institutional, and collective value as the central purpose of entrepreneurial action (3). This perspective shows strong convergence with the mission of the Nursing Councils, whose purpose is related to the protection of society, the qualification of professional practice, and the strengthening of the profession. The literature on political entrepreneurship reinforces this approximation by describing people capable of identifying opportunities, articulating strategic actors, influencing agendas, and promoting institutional changes in complex contexts (4). These characteristics show remarkable proximity to the attributions exercised by nursing leaders

in spaces of professional representation and governance. In the context of the Nursing Councils, the performance of councilors involves processes of professional regulation, normative elaboration, oversight, ethical deliberation,

institutional articulation, and political representation. These activities demand skills that go

beyond technical and administrative knowledge, requiring abilities related to influence, leadership, innovation, and collective mobilization. In this sense, the main contribution of this study lies in the theoretical proposition

that the integration between political skills and entrepreneurial skills constitutes a relevant analytical construct, here called political-entrepreneurial skills, capable of broadening the understanding of the performance of nursing leaders in professional governance spaces. This theoretical approach highlights a gap that is still little explored by the scientific production in the area and reinforces the relevance of investigations that seek to

understand how these skills are developed, mobilized, and expressed in the context of professional regulation.

Final Considerations

The findings support the theoretical hypothesis that political-entrepreneurial competencies constitute a strategic element for qualifying the performance of nursing leaders in professional governance spaces, by expanding their capacity to influence decisions, promote innovation, and generate public value. Although this hypothesis

requires further investigation, its exploration contributes to broadening the debate on leadership and political participation, as well as guiding managers on the competencies necessary for acting in nursing professional bodies, aiming at the institutional strengthening of the profession. Finally, the study reinforces the need to expand research on political entrepreneurship in nursing and to incorporate the development of these competencies into training processes and strategies for qualifying professional leaders, strengthening the

profession's capacity to influence policies, promote innovation, and generate value for society.

Institutional support: Federal Nursing Council - Cofen.

References

1. HAN, N.K.; KIM, G.S.; KIM, S.; LEE, T.W; CHUNG, W. The Political Competence Scale for Nurses (PCS-N): Instrument Development and Psychometric Evaluation. J Nurs Manag. 2025 May 19;2025:4683994. doi: 10.1155/jonm/4683994. PMID: 40421171; PMCID: PMC12105907. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40421171/ Acesso em 01 jun 2026.

2. MELO, W. S.; et al. Guide of attributes of the nurse's political competence: a methodological study. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, n. 3, p. 526-534, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0483. Acesso em 01 jun 2026.

3. Bacigalupo M, Kampylis P, Punie Y, Van den Brande G. EntreComp: The Entrepreneurship Competence Framework. Luxembourg: Publications Office of the European Union; 2016. DOI: 10.2791/593884.

4. Mintrom M. Policy Entrepreneurs and Dynamic Change. Cambridge: Cambridge University Press; 2020. DOI: 10.1017/9781108605946.

5. SASSEN, Beatrice. (2023). Enfermagem, Governança Compartilhada e Governança Profissional. In: Aprimorando a Inovação Centrada na Pessoa no Cuidado de Enfermagem. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-35048-1_23. Acesso em 01 jun 2026.

Emprendimiento político en enfermería: reflexiones teóricas y conceptuales sobre las competencias para la gobernanza profesional

Introducción

Las transformaciones contemporáneas en los sistemas de salud plantean desafíos cada vez mayores en materia de sostenibilidad, innovación, equidad y fortalecimiento de las instituciones responsables de garantizar la calidad de la atención. En este contexto, se exige a los líderes profesionales que vayan más allá de las competencias técnicas y asistenciales, asumiendo un rol estratégico en la formulación de políticas, la defensa de

los intereses colectivos, la regulación profesional y el desarrollo institucional. La enfermería, que representa la mayor fuerza laboral de salud del mundo, tiene un gran potencial para influir en los procesos de toma de decisiones y contribuir al fortalecimiento de los sistemas de salud. A pesar de este potencial protagonismo, diversos estudios indican que la participación de las enfermeras en los espacios de gobernanza y formulación de políticas aún se ve limitada por factores relacionados con la formación profesional, el desarrollo del liderazgo y el dominio de las competencias políticas necesarias para trabajar en entornos complejos y multiprofesionales. En este sentido, la competencia política se ha reconocido como un elemento fundamental para ampliar la capacidad de influencia de la enfermería en los procesos de toma de decisiones, e implica habilidades relacionadas con la negociación, la articulación, la defensa, la creación de alianzas y el liderazgo estratégico

(1,2). Paralelamente, el emprendimiento se ha entendido como una competencia transversal orientada a identificar oportunidades, innovar, movilizar recursos y generar valor para las personas, las organizaciones y las comunidades. El Marco de Competencias Emprendedoras (EntreComp) amplió la comprensión del emprendimiento al asociarlo no solo con la creación de empresas, sino también con la capacidad de

transformar ideas en acciones capaces de identificar oportunidades, movilizar recursos y generar valor social, económico, cultural o institucional (3). En el ámbito de las políticas públicas, Mintrom (4) describe a los emprendedores políticos como actores capaces de identificar oportunidades de cambio, influir en las

agendas, construir coaliciones y promover transformaciones institucionales. Si bien este marco se ha explorado ampliamente en la administración pública y la ciencia política, aún se debate poco en enfermería, especialmente en el contexto de la gobernanza profesional. La gobernanza profesional en enfermería constituye un sistema de estructuras, procesos y responsabilidades que otorga a la profesión autonomía, autoridad y legitimidad

para regular su práctica, participar en la toma de decisiones e influir en las políticas y los estándares de atención. A diferencia de la gobernanza compartida, centrada en modelos participativos de gestión organizacional, la gobernanza profesional se refiere al nivel macro de la profesión, abarcando su función reguladora, su compromiso ético con la sociedad y su capacidad para garantizar la calidad, la seguridad y la rendición de cuentas pública en la práctica profesional. Por lo tanto, la gobernanza profesional implica, además

de la estandarización, liderazgo, capacidad de articulación política y competencia para participar en la formulación e implementación de políticas de salud (5). En este contexto, la hipótesis teórica plantea que la integración entre competencias políticas y empresariales puede mejorar el desempeño de los líderes de enfermería en los espacios de gobernanza profesional, ampliando su capacidad de influencia, innovación y

producción de valor público.

Objetivo

Reflexionar sobre las interrelaciones entre competencia política, emprendimiento y gobernanza profesional en enfermería, a partir de la reflexión teórica de una tesis doctoral sobre las competencias político-empresariales de los consejeros del Consejo Federal y los Consejos Regionales del Sistema de Enfermería.

Metodología

Este es un estudio teórico-reflexivo, basado en el análisis crítico de marcos teóricos nacionales e internacionales sobre competencia política en enfermería, emprendimiento, emprendimiento político, liderazgo y gobernanza profesional, derivado de una tesis doctoral vinculada a la Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto de la Universidad de São Paulo. No se requiere la aprobación de un comité de ética, ya que no implica

investigación con sujetos humanos. La discusión se construyó a partir de la aproximación entre los marcos de

competencia política para enfermeras (1,2), emprendimiento y creación de valor (3), emprendimiento político (4), gobernanza profesional en enfermería (5) y regulación de los profesionales de la salud. Además, la reflexión se enriqueció con la experiencia de una de las investigadoras como consejera federal de enfermería, lo que permitió un contacto más cercano con el fenómeno investigado y la identificación de problemas emergentes de la práctica institucional. Esta participación requirió un ejercicio continuo de reflexividad crítica respecto a las potencialidades y limitaciones del puesto ocupado en el campo, reconociendo la influencia de las experiencias vividas en la construcción del objeto de investigación y en la interpretación de la literatura.

Resultados y Discusión

Las competencias políticas y empresariales comparten atributos convergentes, como la capacidad de influencia, la articulación estratégica, la movilización de recursos, el liderazgo y la identificación de oportunidades. En el ámbito de la gobernanza profesional, estas competencias desempeñan un papel central en el apoyo a los procesos de negociación, la construcción de consensos y la inducción de cambios institucionales (1,2),

considerados esenciales para ampliar la participación de la enfermería en espacios tradicionalmente ocupados por otros colectivos profesionales y fortalecer su contribución a la construcción de políticas públicas e institucionales más alineadas con las necesidades de la población y los profesionales de la salud. Por otro lado, el marco EntreComp describe el emprendimiento como una competencia orientada a la creación de valor, que implica la capacidad de identificar oportunidades, movilizar recursos, desarrollar soluciones innovadoras, liderar iniciativas y promover transformaciones en diferentes contextos sociales y organizacionales (3). Esta

perspectiva amplía la comprensión tradicional del emprendimiento y acerca el concepto a los procesos de cambio social e institucional. El análisis de los marcos permitió identificar importantes convergencias entre los

atributos de la competencia política y la competencia empresarial. Ambos enfoques enfatizan la capacidad de reconocer oportunidades, construir redes de colaboración, influir en las personas, liderar el cambio y movilizar recursos para alcanzar objetivos colectivos. Estas características son particularmente

relevantes para los líderes que operan en contextos de gobernanza profesional, donde la negociación de intereses y la construcción de consenso son elementos permanentes. Otro aspecto identificado se refiere a la creación de valor público. Si bien los enfoques tradicionales del emprendimiento suelen enfatizar los resultados económicos, los marcos contemporáneos destacan la producción de valor social, institucional y colectivo como el propósito central de la acción emprendedora (3). Esta perspectiva muestra una fuerte convergencia con la misión de los Consejos de Enfermería, cuyo propósito está relacionado con la protección de la sociedad, la cualificación de la práctica

profesional y el fortalecimiento de la profesión. La literatura sobre emprendimiento político refuerza esta aproximación al describir a personas capaces de identificar oportunidades, articular actores estratégicos, influir en las agendas y promover cambios institucionales en contextos complejos (4). Estas características muestran una notable proximidad a las atribuciones ejercidas por los líderes de enfermería en espacios de representación y gobernanza profesional. En el contexto de los Consejos de Enfermería, el desempeño de los consejeros implica

procesos de regulación profesional, elaboración normativa, supervisión, deliberación ética, articulación institucional y representación política. Estas actividades exigen habilidades que van más allá del conocimiento técnico y administrativo, requiriendo capacidades relacionadas con la influencia, el liderazgo, la innovación y la movilización colectiva. En este sentido, la principal contribución de este estudio radica en la propuesta

teórica de que la integración entre habilidades políticas y habilidades emprendedoras constituye un constructo analítico relevante, denominado aquí habilidades político-emprendedoras, capaz de ampliar la comprensión del desempeño de los líderes de enfermería en los espacios de gobernanza profesional. Este enfoque teórico pone de relieve una brecha aún poco explorada por la producción científica en el área y refuerza la relevancia de las investigaciones que buscan comprender cómo se desarrollan, movilizan y expresan estas habilidades en el contexto de la regulación profesional. Consideraciones finales Los hallazgos respaldan la hipótesis teórica de que las competencias político-empresariales constituyen un elemento estratégico para la cualificación del desempeño de los líderes de enfermería en los espacios de gobernanza profesional, al ampliar su capacidad para influir en las decisiones, promover la innovación y generar valor público. Si bien esta hipótesis requiere mayor investigación, su exploración contribuye a ampliar el debate sobre

liderazgo y participación política, así como a orientar a los gestores sobre las competencias necesarias para actuar en los órganos profesionales de enfermería, con el objetivo de fortalecer la institución de la profesión. Finalmente, el estudio refuerza la necesidad de ampliar la investigación sobre el emprendimiento político en enfermería e incorporar el desarrollo de estas competencias en los procesos de formación y las estrategias para la cualificación de los líderes profesionales, fortaleciendo así la capacidad de la profesión para influir en las políticas, promover la innovación y generar valor para la sociedad. Apoyo institucional: Consejo Federal de Enfermería - Cofen.

Referencias

1. HAN, N.K.; KIM, G.S.; KIM, S.; LEE, T.W; CHUNG, W. The Political Competence Scale for Nurses (PCS-N): Instrument Development and Psychometric Evaluation. J Nurs Manag. 2025 May 19;2025:4683994. doi: 10.1155/jonm/4683994. PMID: 40421171; PMCID: PMC12105907. Disponível em https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40421171/ Acesso em 01 jun 2026.

2. MELO, W. S.; et al. Guide of attributes of the nurse's political competence: a methodological study. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 70, n. 3, p. 526-534, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0483. Acesso em 01 jun 2026.

3. Bacigalupo M, Kampylis P, Punie Y, Van den Brande G. EntreComp: The Entrepreneurship Competence Framework. Luxembourg: Publications Office of the European Union; 2016. DOI: 10.2791/593884.

4. Mintrom M. Policy Entrepreneurs and Dynamic Change. Cambridge: Cambridge University Press; 2020. DOI: 10.1017/9781108605946.

5. SASSEN, Beatrice. (2023). Enfermagem, Governança Compartilhada e Governança Profissional. In: Aprimorando a Inovação Centrada na Pessoa no Cuidado de Enfermagem. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-35048-1_23. Acesso em 01 jun 2026.

Palavras-chave: empreendedorismo; governança; sustentabilidade.